

Paradigmas socio-económicos

Situação actual e perspectivas*

José M. Tortosa**

O Período Atlântico do século XX caracterizou-se pelo confronto entre dois paradigmas sócio-económicos, capitalismo e comunismo, e por um compromisso ténue, a social democracia. Com a emergência da denominada Sociedade de Informação, surgiram novos modelos desafiando o "status quo": por um lado, a perspectiva "verde" nos países nórdicos, na Europa Central e em países como o Sri Lanka (Sarvodaya Sramadana) e Tanzania (Ujamaa), em reacção ao industrialismo; por outro lado, o modelo japonês ("kanri shakai", "managed society") como forma de aproveitar o lado positivo do capitalismo e comunismo e que deu lugar ao Período Pacífico deste século.

Ao procurar novos paradigmas para a denominada Sociedade de Informação, ou antes, do mundo novo, penso que será interessante: 1) possuir uma perspectiva geral dos antigos modelos; 2) estudar os diferentes tipos de crise que, por razões diversas, cada um enfrenta; e 3) analisar os riscos e oportunidades emergentes das crises e relacioná-los com o surgimento de novos modelos sócio-económicos. Se necessário, o papel desempenhado pelas tecnologias de informação será realçado mas não considerarei a Sociedade de Informação como uma realidade ou potencialidade do mundo, dado que considero que pertence à esfera da ideologia - dominante mas ainda uma ideologia.¹ A abordagem aqui seguida será próxima do conceito weberiano de "tipo ideal", estando mais interessado na observação da lógica interna dos vários paradigmas do que em exemplos concretos. Estes são sempre uma mistura de modelos, ainda que alguns se insiram melhor na descrição teórica do que outros.

1. Descrição de paradigmas

As características dos modelos podem resumir-se tendo em conta o seu objectivo, instrumento típico e indicadores que medem a sua performance.²

* Tradução de Vanda Vasconcelos

** Universidade de Alicante. Espanha

1. *Capitalismo*. É evidente que o seu *objectivo* principal é o crescimento. Os governos que seguem este modelo estarão bastante orgulhosos se conseguirem atingir elevadas taxas de crescimento do PNB e bons valores do PNB per capita, preocupando-se com questões como a produtividade, inflação, etc. Adoptado nos países do terceiro mundo, o modelo transforma-se em estratégias dispersas (inicialmente com o crescimento e melhoria de condições para os ricos, depois dispersando-se pelas massas).

O *instrumento* por excelência é o mercado: a "magia do mercado" nas formulações mais recentes (a de Reagan), ou da "mão invisível", na mais tradicional (a de Adam Smith). A questão essencial é a de que o mercado produz concorrência, mesmo numa forma social darwinista, e que a concorrência é condição "sine qua non" da inovação, produtividade e, consequentemente, do crescimento. Retirar o mercado significaria estagnação, impasse. O mercado, por definição, deve ser livre. Presume-se, igualmente, que mercados livres requerem eleições livres.

Os *indicadores* para medir a sua performance serão, consequentemente, "médias aritméticas". De facto, a produtividade é um destes indicadores (output per tempo e per indivíduo) tal como, por definição, o PNB. Neste paradigma, comparar países significa comparar as suas médias aritméticas e taxas de crescimento, ao estilo do Banco Mundial. Um artigo publicado na revista "Time" poderá servir de exemplo: no seu número de 10 de Outubro de 1988 (p. 18-20), fora do paradigma, levantou a questão da crescente desigualdade nos Estados Unidos, durante a legislatura de Reagan. Apresentava o rendimento familiar em 1977 e 1988 para dez décimos da população e para os 5% mais ricos. Era óbvio que os ricos se tinham tornado mais ricos e os pobres mais pobres. O regresso ao paradigma realizou-se pelo então Vice-Presidente Bush num número posterior (7 de Novembro, "Cartas ao Editor") salientando que, durante a legislatura de Reagan, o rendimento familiar modal tinha aumentado 10% e que, "na legislatura de Reagan e Bush, o rendimento familiar real teria aumentado para cada quinto da população". Este é apenas um exemplo da abordagem ao modelo e não significa que os E.U.A. (e Reino Unido) sejam actualmente os melhores exemplos - provavelmente ambos estarão longe disso com as legislaturas de Reagan e de Margaret Thatcher.

2. *Comunismo*. O *objectivo* centra-se na maior distribuição, justiça social e igualdade. É certo que a taxa de crescimento tem sido utilizada pelos políticos comunistas como prova de que o sistema funcionou, tanto em comparação com os países capitalistas como com o Plano, mas creio que a justificação final do modelo residirá mais na abolição da exploração, através da abolição da propriedade privada (logo, na igualdade) do que na "ideologia do crescimento". Um bom exemplo poderia ser "On solving contradictions amongst the people", de Mao Dsedong's.

O *instrumento* para este *objectivo* não pode ser o mercado. De um ponto de vista comunista, o mercado gera desigualdades uma vez que é constituído por indivíduos que compram e vendem não só bens mas também força de

trabalho. A desigualdade, incompatível com o modelo, provém da compra e venda de trabalho. Assim, o planeamento central, como forma superior e de maior racionalidade em enfrentar questões sócio-económicas, é o instrumento que permite evitar a "exploração do homem pelo homem", permitindo pensar o futuro sem as limitações decorrentes de actividades de procura de lucro imediato e gera níveis mais elevados de inter-solidariedade. Contudo, é necessária alguma forma de ditadura para planear e implementar o Plano, dado que, nas etapas iniciais, podem surgir alguns obstáculos sociais.

Os *indicadores* são, conseqüentemente, diferentes. Mais do que médias aritméticas, interessam o desvio-padrão (a média das diferenças de cada valor em relação à média), as curvas de Lorenz e os coeficientes de Gini (descrição e medida da concentração do rendimento), a distribuição real de bens e serviços pela população. Exemplo ilustrativo seria a coluna editorial do "New Times" soviético (N. 45, Novembro de 1984, p. 1), comemorando a Grande Revolução. Sob o título "O futuro pertence ao socialismo", o editorial começa por referir que "o sonho da justiça social (...) deixou de ser unicamente um conceito para se tornar realidade, há 67 anos, quando o poder foi tomado pela classe social que estava genuinamente interessada em pô-la em prática". Adiante, refere que "nos países socialistas pôs-se um fim à miséria, fome, desemprego, analfabetismo e desigualdade social e (...) continuam a melhorar o seu sistema social. Procuram novas formas de melhorar o planeamento (...)". Termina com "o futuro pertence ao socialismo, com a sua dedicação ao bem-estar material e cultural de largas massas populares".

3. *Social democracia*. Constitui um misto dos dois modelos anteriores, ou antes, a sua média aritmética, recolhendo um pouco de cada um. Assim, o seu *objectivo* é o crescimento e a igualdade ou, utilizando a sua terminologia, reflexão e redistribuição. Um bom exemplo seria *Out of crisis. A project for European Recovery*, editado por Stuart Holand³, que resulta de um projecto de pesquisa conjunto no qual participaram estudiosos, políticos e sindicalistas social-democratas de mais de doze países europeus. Ambos os *objectivos* são claramente referidos, por exemplo na pág. 57: "a reflexão significa uma acção deliberada na promoção do consumo total numa economia. É essencial a qualquer recomeço do crescimento económico". Adiante, na pág. 106, referem que "o pleno emprego, distribuição equitativa de rendimento e segurança social extensiva terminaram".

Também os *instrumentos* constituem um misto dos dois paradigmas. Numa atitude de não parasitismo mas de empenhamento, temos a necessidade de introduzir algum planeamento e crescimento democrático, uma forma específica de despesa pública e um papel diferente para a empresa pública e co-operativa. Isto significa, na prática, políticas de redistribuição fiscal, segurança social pública e relacionamento mais intenso com movimentos sociais em geral, e sindicatos em particular.

Os *indicadores* são, igualmente, um misto de médias aritméticas e tipos de desvio-padrão. A ênfase assenta em situações económicas e políticas concretas

e, até, em modas ideológicas - no entanto, apesar da relevância de algumas situações (o crescimento económico, por parte dos socialistas espanhóis, por exemplo), existe uma outra faceta que jamais é esquecida, pelo menos verbalmente (a "luta contra a desigualdade", plataforma eleitoral socialista em Espanha, em 1986).

4. A "*Managed society*", "*kanri shakai*" ou modelo japonês, é igualmente um misto de capitalismo e comunismo, embora se distinga da social democracia na medida em que esta adiciona os modelos e divide por dois, enquanto o modelo japonês só os adiciona. Isto significa que a social democracia é "meio capitalista, meio comunista" e o modelo japonês "é todo capitalista e todo comunista". Neste sentido, colocá-las ao mesmo nível originará mal-entendidos.⁴ A social democracia continua ligada à forma de entender e agir do Ocidente que, na operação de investigação, se denomina "jogo de soma igual a zero" (se um aumenta, o outro decresce, de forma a se atingir uma soma igual a zero), enquanto que o modelo de "*managed society*" se aproxima do "jogo da soma positiva" (procura de soluções para o triunfo colectivo). Por outras palavras, o *objectivo* do modelo japonês consiste em atingir elevados níveis de crescimento e igualdade, em simultâneo. Os resultados da primeira fase deste modelo são bem conhecidos⁵, bem como o seu reverso. Hiroshi Takeuchi, do Banco de Crédito a Longo Prazo do Japão, ao apresentar as várias áreas em que a sociedade japonesa é equitativa, no "*Japan Economic Journal*" (22 de Abril, 1989), considerava que "para reforçar ainda mais o nosso sentido de igualdade nós, japoneses, criámos mentalmente uma igualdade moral na qual a soma do poder, honra e riqueza que cada indivíduo possui, contribui para uma constante" e que "os japoneses podem só escolher uma das seguintes opções: poder, respeito e riqueza", exemplificados por burocratas (ironicamente denominados "*oyakumin*", honorável funcionário público), professores universitários e empresários por conta própria.

Os *instrumentos*, como previsto, incluem orientação administrativa (tanto em termos institucionais, através do Ministério da Indústria e Comércio Externo, como pessoais, através da nomeação de antigos membros do governo para o sector privado) e forte competição entre empresas.

É difícil a um ocidental saber quais os verdadeiros *indicadores* uma vez que, segundo Iawo Nakatani, "a sociedade japonesa parece ser bastante informal. Informações importantes são partilhadas em trocas face-a-face" e "existe considerável informação partilhada num círculo restrito".⁶ Não sei se "*Nihonjinron*" (característica nipónica) se encontra neste contexto, mas voltaremos a este assunto aquando da crise dos quatro modelos.

2. Fontes da mudança

A crise surge - ou poderia surgir - no final dos anos oitenta, tendo diversas fontes, consoante as posições ocupadas pelos vários países no sistema mundial,

as situações internas e, também, as contradições do próprio modelo. Vejamos alguns exemplos na actualidade ou na sua potencialidade no futuro.

A crise da "managed society" teria origem no seu próprio sucesso, provindo tanto do mercado como do planeamento. Do ponto de vista do mercado, como é sabido, encontramos o elevado excedente comercial e a crise do denominado "money-politics" evidenciado pelo escândalo "Recruit". Alguns autores nipónicos consideram que o excedente comercial é responsável pelo decréscimo do carácter igualitário da sociedade japonesa⁷ e pela crise do eterno padrão de emprego, através da revalorização do yen. "Money-politics", por seu lado, demonstrou a fragilidade do sistema, não só no seu modo de funcionamento como na possível crise originada pelas ligações económicas do Partido Democrático Liberal ou, de acordo com Ishizuka, subjacente ao "escândalo 'Recruit' está a situação da denominada "Japan Inc.", criada pelos estreitos laços existentes entre políticos, burocratas e interesses económicos"⁸.

Do ponto de vista do *planeamento* o panorama não é melhor. Em primeiro lugar, existe a questão da dimensão. O Ministério da Indústria e do Comércio Externo (MICE) tem conseguido exercer "gyoseishido" ou orientação administrativa implícita a empresas nipónicas. A accitação deste tipo de orientação, pelas empresas deve-se parcialmente ao "amakudari": é que muitos dos seus executivos seniores foram funcionários do MICE. Mas que fazer do investimento externo? A globalização da economia japonesa tem-se reflectido no declínio da influência do MICE na indústria. Para Toshimasa Tsuruta "a era da Japan Inc., na qual a indústria japonesa atingiu níveis de crescimento extraordinários sob a forte liderança do MICE, terminou"⁹. Em segundo lugar, no campo do planeamento, encontramos aquilo a que Godet designou "esclerose nipónica" que, numa forma mais maoísta, significa que o sistema nipónico contém as sementes da auto-destruição se tivermos em conta a demografia, a estrutura etária e a inflexibilidade social.¹⁰

Aparentemente, a crise nada tem a ver com a posição cimeira ocupada pelos bancos japoneses, com o facto de o Japão ser a principal fonte de auxílio ao desenvolvimento, a exportação do seu modo de gestão ou o facto de ser o primeiro investidor estrangeiro.¹¹ A crise, contudo, pode ser encarada como o reverso da medalha do seu próprio sucesso: não é fácil ser o "número um" e "único", e isto está mais relacionado com a essência da cultura japonesa do que com a, também óbvia, competição proveniente dos "quatro dragões" (não esquecendo a China), e as dificuldades que caracterizam as relações externas japonesas e diversas formas de as superar. Uma dessas formas poderia ser o papel dado ao auxílio externo - mais uma vez "número um", até de fontes norte-americanas - como instrumento diplomático, tanto na sua versão externa (um fundo de assistência oficial ao desenvolvimento de 755 biliões de yen por ano) como interna (Organização Internacional de Desenvolvimento do Japão, JAIDO).¹² A razão é clara: o auxílio gera dependência e produz padrões de votações, ao nível de organizações internacionais mas, tendo em consideração

o exemplo dos E.U.A., esta forma de ultrapassar obstáculos nas relações externas não é necessariamente a melhor.¹³

A crise da *social democracia* provém de diferentes fontes. Com efeito, a social democracia necessita, pelo menos, de dois aspectos para cumprir as suas premissas e atingir os seus objectivos: um sistema de impostos progressivos e um sector público eficiente, do ponto de vista da redistribuição, e um pacto social entre governo, sindicatos e patrões, do ponto de vista do crescimento. A viabilidade deste não é evidente em países tão distantes e díspares como a Espanha, Suécia e Austrália, para não falar dos "rogernomics", na Nova Zelândia¹⁴, atingindo um ponto de ruptura na relação tradicional entre sindicatos e partidos sociais democratas ou governos. Ainda não se concluiu acerca do carácter cíclico do fenómeno. Em termos de impostos, a moda (porque disso se trata) aponta para sistemas regressivos e, certamente, "nada de novos impostos" durante os sucessivos processos de privatização de empresas públicas, nalguns casos por razões de ineficiência - estilo soviético - noutras por falta de competitividade - estaleiros europeus competindo com estaleiros coreanos. De notar, a propósito, o sentido diferente que a privatização assume nos modelos sociais democratas (pode ser uma contradição interna crescente) e japoneses.

A crise dos regimes sociais democratas denota, geralmente, o entendimento existente entre governos e as teses (principalmente as suas implicações) de Mancur Olson. Se concordarmos que "as coligações distributivas diminuem a capacidade de adopção de novas tecnologias pela sociedade (...) e a taxa de crescimento económico" e que "a acumulação de coligações distributivas aumenta a complexidade de regulação, o papel do governo e a complexidade de entendimento e altera a direcção da evolução social", então as implicações não vão ao encontro do modelo social democrata¹⁵ mas do modelo capitalista. Se é difícil saber qual a direcção que o modelo japonês assume, tal não sucede no caso da social democracia: a sua crise é a crise de transformação em modelos capitalistas ... como poderia ser o caso do comunismo.

À crise do modelo comunista associa-se a "perestroika" (algo diferente da "kaifang" chinesa). Inicia-se com a consciencialização da lentidão da economia soviética, relacionada com a sua dimensão (não é possível delinear um plano para uma economia desta dimensão), corrupção de funcionários intocáveis, falta de inovação, baixa produtividade, excessiva centralização, etc. Não é necessário recorrer a fontes ocidentais, mesmo se abundantes, para avaliar a natureza e raízes da actual crise do modelo comunista¹⁶: basta ler a obra de Abel Aganbegyan, *The Challenge: Economics of Perestroika*, publicada na União Soviética, e que contém ampla crítica à situação económica, política e social da União Soviética no período que antecedeu a "perestroika".¹⁷ De facto, Aganbegyan apresenta as suas conclusões mostrando que a crise do sistema foi mais profunda do que as estatísticas oficiais poderiam sugerir. É possível que, como considera a CIA¹⁸, tenham sido orientados por impulsos políticos mas, em todo o caso, uma breve consulta ao *New Times* e ao *Moscow News* - melhor

ainda, a leitura da Tese (especialmente o nº2) do Comité Central, aprovada na XIXª Conferência do Partido Comunista, em 23 de Maio de 1988 -, em condições de "transparência" ("glasnost"), evidencia conclusão idêntica.

Mas o grande problema deste paradigma sócio-económico reside não só na situação de crise que enfrenta, mas na circunstância de a solução daquela ("perestroika") poder estar também em crise, pelo menos internamente. A perestroika necessita, de facto, de ultrapassar a economia de escassez e melhorar a produção de alimentos. Como refere Aganbegyan, "a transição é vista em termos de passagem de uma economia de escassez, com o poder nas mãos dos produtores, para uma economia de produção social, orientada no sentido da satisfação de necessidades sociais, satisfazendo a procura dos consumidores e eliminando a escassez" (pág. 35). Contudo, não é este o caso actualmente.¹⁹ Mas o maior risco assenta noutra questão: para funcionar, a "perestroika" necessita de reduzir o pessoal administrativo em 40% e de enviar para o desemprego 13% da sua força de trabalho.²⁰ O economista Vasily Selyutin, em *Socialist Industry*, vai mais longe ao referir que, mesmo que as reformas tenham sucesso, os benefícios seriam mínimos²¹; também o economista Nikolai P. Shmelyov, ao reconhecer que cerca de 40 milhões de cidadãos soviéticos vivem abaixo do limiar de pobreza.²²

Seja como for, o certo é que o modelo comunista está pronto a pagar o preço da desigualdade crescente de forma a obter crescimento económico. Parafraseando Aganbegyan, a tarefa consiste na "transição de uma economia predominantemente extensiva para uma economia muito intensiva, em que os principais factores de desenvolvimento económico são a crescente eficiência e qualidade" (pág. 37). O preço é claro: "concretizar a política social implica alterar o desnível injustificado de salários. Os níveis salariais estão actualmente mais interligados à qualidade e quantidade de trabalho, seguindo o princípio básico socialista da distribuição. Dependem de um produto final de trabalho colectivo" (pág. 19). Os chineses foram ainda mais explícitos nesta questão: "Há alguns anos atrás, falou-se muito acerca dos defeitos do igualitarismo absoluto - sistema que na China é conhecido por "todos comem da mesma tigela" - refere Dai Yannian²³ e Li Peng conclui que "permitimos primeiro o enriquecimento de alguns, porque de outro modo poderíamos ficar pobres para sempre"²⁴. Em todos os casos a propriedade privada foi permitida - assumindo várias facetas - bem como o mercado, a competição, até o darwinismo.

Os modelos comunista e social democrata parecem dirigir-se para o capitalismo, apesar de o negarem. Será por não existir crise no modelo capitalista? Digamos que, de momento, não é notório mas que as sementes foram já plantadas e referem-se a uma dimensão esquecida: a desigualdade ou, se preferirem, a distribuição de rendimento e riqueza. O capitalismo, nas suas variantes thatcheriana e reganiana, gerou riqueza, crescimento, liderança, sentimento de orgulho nacional, etc. Mas por detrás dos elogios²⁵ alguns comentários inversos têm sido feitos. Por exemplo, a propósito de Thatcher, foi dito que "ela gerou (...) uma sociedade vulgar, egoísta, obcecada por dinheiro,

vazia de valores mais humanos. A sua prosperidade foi selectiva: a barreira entre ricos e pobres aumentou (...). Apesar das suas referências à liberdade, ela é autoritária fora da esfera económica e desprezou as liberdades civis."²⁶ Tudo isto são opiniões. O certo é que "os ricos tornam-se mais ricos e os pobres mais pobres",²⁷ o que está relacionado com a crescente insatisfação social, decréscimo das condições de vida nalguns sectores da sociedade, crescente desigualdade social internacional e, conseqüentemente, como efeito de retorno, a deterioração de condições de crescimento de origem externa e interna.²⁸ Mas esses são já riscos.

3. Perspectivas negativas

Tomemos como ponto de partida quatro necessidades básicas humanas, isto é, segurança, identidade, liberdade e bem-estar. É relativamente fácil saber que tipo de necessidades melhor satisfazem os modelos apresentados anteriormente: a segurança comunista, a liberdade e prosperidade capitalista, o "welfare state" social democrata, etc. É esta direcção que a propaganda geralmente segue.²⁹ Mas para analisar os riscos decorrentes da actual/possível crise, penso ser mais útil observar as suas fraquezas na satisfação das necessidades básicas humanas em termos relativos.

De uma forma simples, poder-se-á dizer que o capitalismo é "mau" na satisfação da necessidade de segurança, o comunismo enfrenta problemas com a liberdade e a "managed society" com o bem-estar, desde que se fale em termos relativos ou através de comparação dual.

A insegurança no *capitalismo* surge a diferentes níveis e basicamente relaciona-se com a forma de fazer funcionar a economia (individualismo, competição do mercado, ênfase na produtividade, expansão como objectivo). Tomemos como exemplo o desemprego como reccio básico em muitas sociedades ocidentais capitalistas: a percentagem de população com reccio de perder o seu emprego é, em alguns casos, incrivelmente elevada. É óbvio que também está relacionado com o impulso para a produtividade, algo que não se encontra no modelo nipónico. Mas tomemos ainda, como exemplo, a insegurança gerada pela privatização da segurança social ou segurança social privada ("competitiva") ou a insegurança proveniente das pensões e programas de "segurança" social.³⁰ Existe, igualmente, a insegurança relacionada com o crime, fenómeno cada vez mais analisado como parte do capitalismo económico. De facto, "o económico nunca pretendeu explicar de que forma os pobres podem tornar-se visíveis nos assuntos públicos e influenciar a acção do governo para seu próprio benefício".³¹ E a pobreza existe de facto.

As novas tecnologias, em geral, e as tecnologias de informação, em particular, podem também constituir factor de agravamento dos riscos atrás mencionados, aumentando o desemprego, a vulnerabilidade da sociedade (decréscimo de segurança), aumento da divisão entre castas de indivíduos, com eventual aumento da insatisfação social, etc.³², apesar de poderem atingir os

objectivos básicos do modelo (crescimento, produtividade, expansionismo, individualismo, etc).

Se a alienação é um risco para o capitalismo, é-o ainda mais no modelo social democrata. O "welfare state" gera, com efeito, perda de sociabilidade, alienação, sentimento de impotência, indivíduos materialmente satisfeitos e socialmente famintos, inexistência de inter-ajuda. A aplicação do modelo resultou no facto de a Suécia "não se ter tornado numa sociedade em que todos sentissem responsabilidade, influência e participação. O espírito de comunidade social, de solidariedade quotidiana, não se desenvolveu. O papel interventor do Estado cresceu no período pós-guerra, procurando modificar e resolver problemas sociais provocados pela economia de mercado mas, simultaneamente, um crescente número de indivíduos começaram a questionar a perfeição do modelo "welfare state", as grandes mudanças com melhoria nas condições materiais da família (...) por um lado, e, por outro, receio face à crescente desafectividade, apatia, impotência e falta de espírito comunitário".³³ Isto é, alguns problemas com a satisfação da necessidade de auto-identificação e identificação com os outros. A lista de riscos compreende o aumento do suicídio, do alcoolismo e outras drogas, inexistência de sentido, alienação. As tecnologias de informação pouco poderão auxiliar. Com efeito, se existir maior volume de trabalho realizado em casa, sem contacto com os outros, sem qualquer relação com o produto final, é possível conceber condições deteriorantes. A diminuição do risco dos modelos sociais democratas não passa necessariamente por este panorama - desde que o trabalho realizado no domicílio seja viável (o que não é provável).³⁴

Até à perestroika, a principal fraqueza do *comunismo* residia na sua incapacidade de oferecer liberdade aos cidadãos.³⁵ "Liberdade? Para quê?", pensava-se; negação de eleições livres, liberdade de expressão e de imprensa, dificuldades na obtenção de vistos, mesmo para circulação interna, etc.. Tanto a perestroika como a glasnost parecem mover-se na direcção oposta - e foi precisamente isto que os estudantes de Beijing, na praça de Tianamen, quiseram. A democratização, a eliminação de tabús e a participação são objectivos da perestroika mas, na eventualidade de insucesso - algo possível se considerarmos que as reformas de Krushchev foram mais moderadas do que as de Gorbachev -, o risco de uma sociedade menos livre é elevado.³⁶ E não devemos esquecer a possibilidade de nacionalismos periféricos.

Neste contexto, as tecnologias de informação têm um papel ambivalente. Por um lado, as novas tecnologias divulgam informação - ou podem fazê-lo - ultrapassando diferentes formas de censura e aumentando o desejo de liberdade, como mostra a China. Mas, as tecnologias de informação podem ser utilizadas de uma forma orwelliana, tipo 1984, sob a vigilância do *Big Brother*, com definições peculiares, através do Novo Discurso de Liberdade e Verdade. Por outras palavras, as tecnologias de informação podem ser utilizadas contra a liberdade.

Paradoxalmente, a fraqueza de uma "*managed society*", de que o Japão é exemplo, assenta nos seus níveis de vida, claramente inadequados tendo em conta o produto geral da economia. O modelo de Akamatsu Kaname necessita de forte poupança, isto é, de um baixo nível de consumo privado. "A quebra de desenvolvimento é particularmente accentuada na área da habitação. É certo que cerca de 65% dos japoneses possuem habitação própria, mas é necessário ter em conta que a sua dimensão é reduzida (40 m² por família) e que o custo de aquisição representava, em 1985, cerca de sete anos de rendimento comparados com 5.5 anos em 1970 e somente três anos, em 1960", refere um observador francês.³⁷ Perspectiva similar possuem os japoneses: "os japoneses trabalham arduamente para compensar a fragilidade do programa de segurança social, elevados preços e habitação dispendiosa, contradizendo a imagem de uma sociedade próspera", o nível de preços de consumidor é 1/3 mais elevado do que nos E.U.A. e a média de preços de um apartamento de 63.07 m², em Tóquio, não está ao alcance dos que possuem um rendimento de 5 milhões de yen por ano.³⁸ Estas questões podem ser discutidas numa base cultural³⁹, mas é razoável pensar que as novas tecnologias de informação oferecem uma nova dimensão aos riscos subjacentes ao modelo. Podem aumentar o grau de insatisfação popular (a necessidade de liberdade nas fases iniciais do modelo - Coreia do Sul?) ou o número de jovens inadaptados.

De qualquer forma, um profundo risco provém de outra fonte, podendo ser observado no capitalismo norte-americano e no comunismo soviético, no caso de a perestroika falhar. Designa-se militarização e é incipiente no Japão,⁴⁰ omnipresente nos E.U.A.,⁴¹ em retorno na União Soviética se falhar a perestroika, e ligeiramente hipócrita, mas fraco, nas sociais democracias. Existe ainda um risco mais abrangente relacionado com o ambiente que afecta os modelos citados - são modelos industrializados. O efeito de estufa, a camada de ozono, a poluição e escassez constituem produtos de modelos cuja consciencialização face à natureza emerge somente em situações de perigo ou novos elementos. A evidência de perigo é referida pela revista "Time", no seu número de 2 de Janeiro, de 1989, ao considerar a Terra como "planeta do ano".⁴²

Podemos, em jeito de conclusão, dizer que os modelos apresentados no início nada referiram quanto ao sujeito e natureza. As necessidades básicas humanas não se incluem na preleção, assim como a natureza está ausente do paradigma padrão. Mas estas questões não se podem evitar ao observarmos os riscos que acompanham as respectivas crises. É tempo de olharmos para as oportunidades que oferecem.

4. Perspectivas positivas

Na apresentação dos vários modelos, existem duas dimensões usualmente ausentes - a dimensão humana e ecológica. Vimos que estes aspectos básicos surgem ao considerar os riscos decorrentes das crises dos modelos. Mas isto

significa que podem ser encarados enquanto oportunidades, como o outro lado da crise. E de facto são-no.

Relativamente à dimensão humana podemos citar "The Economist"⁴³:

"A próxima vaga de sentimentos anti-comerciais será diferente das que a antecederam. Em primeiro lugar, excluirá provavelmente as pequenas empresas. Os fugitivos corporativos nipónicos ("datsu-sara") não abandonarão a sua grande empresa para meditar ou liderar marchas. Fundam as suas pequenas companhias - geralmente bares e restaurantes. No escândalo político "Recruit", a companhia que mais sofre não é a "Recruit" em si, que iniciou o emprego parcial no Japão, mas a companhia Nippon Telegraph and Telephone. A maior companhia do mundo já não é vista como fonte de orgulho nacional, mas como o gigante egoísta.

O sucesso das pequenas empresas, a continuar, dever-se-á menos ao seu sucesso comercial do que aos valores humanos que incorporam: liberdade, independência, maior moralidade até."

Que significado adquire neste contexto? A lógica de "small is beautiful" ganha projecção, não pela coerência do seu conteúdo mas pelo seu enquadramento nas características intrínsecas da actividade económica real, isto é, a economia enquanto sistema em oposição à economia enquanto ciência. Em segundo lugar, os valores humanos são mais facilmente atingidos em empresas de pequena dimensão. E, em terceiro, as novas tecnologias em geral e as de informação, em particular, podem constituir enorme oportunidade de obtenção de objectivos de liberdade, autonomia, menor alienação e tédio, decréscimo de acidentes de trabalho, etc. Um paradigma económico "se as pessoas fossem relevantes", parafraseando Schumacher.

Existem igualmente indícios de oportunidades para um paradigma económico, "se a natureza fosse relevante". Citando novamente "The Economist"⁴⁴:

"Verde é a nova côr política mundial. Pela primeira vez, a poluição é tema abordado na campanha presidencial americana. Recentes discursos de Gorbachev colocaram ênfase quase idêntico na "ekologia" e "perestroika". Deng Xiao Ping, fumando o 30º cigarro do dia, diz que a crescente indústria chinesa é responsável pelo aumento da poluição atmosférica. Margaret Thatcher começa a preocupar-se com a camada de ozono. (...) Actualmente, as sondagens de opinião nos países ricos revelam que o número de indivíduos preocupados com as questões ambientais têm aumentado: o barulho e a falta de higiene, a eventualidade de estarem a provocar danos irreparáveis ao mundo que os seus descendentes irão herdar."

O certo é que a "poluição invade a economia", título da "Future Survey".⁴⁵ Os riscos são de tal forma consideráveis que produzem um "salto" dialéctico e tornam-se uma oportunidade para uma nova forma de pensar. Será esta a perspectiva "verde"? Não creio. Os "verdes" preocupam-se com a dimensão humana e a natureza mas, na minha opinião, demasiado. Parecem exagerar na reacção à industrialização e desumanização mas, geralmente, não tomam em consideração o papel das novas tecnologias, particularmente das tecnologias

de informação. A nova forma de pensamento inclui palavras como hipótese de Gaia, eco-desenvolvimento, desenvolvimento sustentado, mutualismo, associadas à ideia de "um só mundo". Por outras palavras, esta abordagem não constitui uma oportunidade se é considerada unicamente para países ricos e não extensível ao mundo como um todo. Nos quatro modelos convencionais, o Terceiro Mundo é visto, na melhor das hipóteses, como fonte de matéria-prima e, na pior, como objecto de exploração através de diferentes formas de colonialismo, troca desigual, etc. Existem, no intermédio, várias formas de subversão/libertação e maior ou menor grau de hipocrisia no auxílio concedido.

O Período Atlântico deste século foi encarado numa perspectiva de domínio do confronto entre Comunismo-Capitalismo, emergindo a "managed society". O Período Pacífico não pode ignorar o Terceiro Mundo. Significa isto que terá de ter em conta questões como a dívida do Terceiro Mundo, suas novas armas e planos para o processo de industrialização a todo o custo (economia, ecologia e exército). Tudo isto constitui, mais do que um risco, uma autêntica ameaça ao mundo como um todo.⁴⁶ Mas a oportunidade ainda existe e é importante: pode ser a última, e como diz o Terceiro Mundo:

"Poderá conseguir-se e a tempo salvar a Terra? Temos de conseguir convencer todos, principalmente os que fazem as políticas. Não temos outra alternativa..."⁴⁷

Notas

- 1 Ver J. D. Slack e F. Fejes (eds.), *The Ideology of Information Age*, Norwood NJ, Ablex Publ. Co., 1987; TORTOSA, J. M., "La sociedad desinformada" in *El "cambio" y la modernización*, Alicante, Inst. Juan Gil-Albert, 1985, pp. 31-64.
- 2 Para uma descrição mais detalhada dos modelos, ver J.M., TORTOSA, "Los proyectos de modernización. Pluralidad y pluralismo", *Revista Valenciana de Estudios Autonómicos*, 7 (1987) 67-106; M. BARRATT BROWN, *Models in Political Economy*, Penguin Books, 1984; Johan GALTUNG expressou as suas ideias acerca dos modelos Vermelho, Azul, Verde e Dourado em várias ocasiões, constituindo fonte de inspiração para as páginas seguintes.
- 3 S. HOLLAND, *Out of Crisis. A Project for European Recovery*, Nottingham, Spokesman. Bertrand Russell House, 1983.
- 4 W.E. HALLAL, "Political Economy in an Information Age: The convergence of a 'New Capitalism' and a 'New Socialism'", *Futures Research Quarterly*, III, 4 (1987) 5-31.
- 5 Por exemplo, *The Economist*, 4 de Março, 1989, "The joy of high cost", pp. 73-78.
- 6 I. NAKATANI, "Localized information network stymies goal of global corporate structure", *The Japan Economic Journal*, 1 de Abril, 1989.
- 7 H., TAKEUCHI, "Trade surplus could upset applecart of nation's egalitarian society", *The Japan Economic Journal*, 2 de Abril, 1989.
- 8 N. YAMADA, "Recruit scandal roots in foul system", *The Japan Economic Journal*, 6 de Maio, 1989; M. ISHIZUKA, "Can Japan revolutionize its political culture?", *The Japan Economic Journal*, 20 de Maio, 1989.
- 9 K., KITAMATSU, "MITI fights to hold influence as Japanese firms go global", *The Japan Economic Journal*, 1 de Abril, 1989.
- 10 Ver M. GODET, "Ten Unfashionable and Controversial Findings on Japan", *Futures*, XIX, 4 (1987) 371-384.

- 11 K., OIHMAE, "Japan's Role in the World Economy: A New Appraisal", *California Management Review*, XXIX, 3 (1987) 42-58; G., TURNER, "The Future Ambitions of Japan's Financial Giants", *Long Range Planning*, XX, 5 (1987) 11-20; K., ISHIKURE, "Achieving Japanese Productivity and Quality Levels at a U.S. Plant", *Long Range Planning*, XXI, 5, (1988) 10-17; e realçando o papel desempenhado pela cultura: Ch., JOHNSON, "Japanese-Style Management in America", *California Management Review*, XXX, 4 (1988) 34-45.
- 12 K., KIMATSU, "Diet jaggling politicizes ODA" e Y., INOUE, "JAIDO offers private 'ODA'", *The Japan Economic Journal*, 20 Maio, 1989; Washington Post Service, "Japan Foreign-Aid Rise Is Less Than Predicted", *International Herald Tribune*, Fevereiro, 18-19, 1989.
- 13 E.N., MULLER, "Dependent Economic Development, Aid Dependence on the United States, and Democratic Breakdown in the Third World", *International Studies Quarterly*, XXIX, 4 (1985) 445-469; A., CUNLIFFE e M., LAVER, "African Aid Links and UN voting: A Research Note", *International Interactions*, XII, 2 (1985) 95-107; J.H., LEBOVIC, "National Interests and US Foreign Aid: The Carter and Reagan Years", *Journal of Peace Research*, XXV, 2 (1988) 115-135.
- 14 "The Center Keeps Moving", editorial de *The International Herald Tribune*, Fevereiro, 18-19, 1989.
- 15 M., OLSON, *The Rise and Decline of Nations*, New Haven and London, Yale University Press, 1982, pp. 212 e 232-234; D.S., KING, "The State and the Social Structures of Welfare in Advanced Industrial Democracies", *Theory and Society*, XVI, 6 (1987) 841-868; M.E., STREIT, "The Mirage of Neo-Corporatism", *Kyklos*, XLI, 4 (1988) 603-624.
- 16 Exemplos: J., WINIECKI, "Pourquoi les réformes économiques échouent-elles dans les systèmes de type soviétique?", *Revue d'Études Comparatives Est-Ouest*, XVII, 3 (1987) 47-72; G.W., LAPIDUS, "Gorbachev and the Reform of the Soviet System", *Daedalus*, CKVI, 2 (1987) 1-30; M., MENDRAS, "L'URSS et son Autre", *Archives Europ. de Sociologie*, XXIX, 2 (1988) 229-257; J., KOLKO, "On the Centrally Planned Economies", *Monthly Review*, April (1988) 22-44.
- 17 A., AGANBEGYAN, *The Challenge: Economics of Perestroika*, London, Hutchinson, 1988; comparar a anterior citação do New Times com L., RADZIJOVSKI, "Economia de vacas sagradas" (Sacred cow's economics), *Novedades de Moscú (Moscow News, Spanish edition)*, 23-1401 (1989) p. 12.
- 18 *International Herald Tribune*, 3 de Novembro, 1988.
- 19 *The Economist*, 11 de Março, 1989, pp. 13-14.
- 20 *International Herald Tribune*, 10 de Dezembro, 1987, e 19 de Fevereiro, 1988, citando, respectivamente, Agabengyan e "Pravda".
- 21 *International Herald Tribune*, 6 de Janeiro, 1988.
- 22 *International Herald Tribune*, 9 de Junho, 1989.
- 23 "Dealing with Unfair Income Gaps", *Beijing Review*, XXXI, 33 (1988) 4.
- 24 Anunciado por Mahdi Elmandjra, após a Conferência WFSF em Beijing, WFSF Newsletter, XIV, 4 (1988) 17.
- 25 Uma amostra em ambas as direcções no *The Economist*, 29 de Abril, 1989, pp. 34-35.
- 26 M., KINSLEY, "Thatcher for President", *Time*, 15 de Maio, 1989, p. 21.
- 27 L., SILK, "Why Rich Get Richer And the Poor Get Poorer", *International Herald Tribune*, 13-14 de Maio, 1989; J., KLOBY, "The Growing Divide: Class Polarization in the 1980's", *Monthly Review*, XXXIX, 4 (1987) 1-8; *Review of the month*, "Capitalism and the Distribution of Income and Wealth", *Monthly Review*, XXXIX, 5 (1987) 1-16.
- 28 Ver W.G., PEACOCK, "Divergence and Convergence in International Development: A Decomposition Analysis of Inequality in the World System", *American Sociological Review*, LIII, 6 (1988) 838-852 e J.E., VINCENT, "Analysing Shifts in International Conflict from Quality of Life Indicators", *Journal of Peace Research*, XXIV, 4 (1987), 393-405 e J.M., RICHARDSON, "Violence and Repression. Neglected Factors in Development Planning", *Futures*, XIX, 6 (1987) 651-668 etc.
- 29 Ver, por exemplo, P.L., BERGER, *The Capitalist Revolution. Fifty Propositions About Prosperity, Equality and Liberty*, New York, Basic Books, 1986, apesar de na pág. 216 se referir que "esta teoria emergente não é pró ou anti-capitalista".

- 30 W.A. HALTER, e R. HEMMING, "The Impact of Demographic Change and Social Security Financing", *IMF Staff Papers*, XXXIV, 3 (1987), 471-502.
- 31 E. OWENS, *The Future of Freedom in the Developing World*, New York, Pergamon Press, 1987, p. 23.
- 32 Ver J.M., TORTOSA, *Futuros posibles. Ensayos sobre la sociedad mundial*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1990, c. IV.
- 33 B. HENRIKSSON, *Not for sale. Young People in Society*, Aberdeen University Press, 1983, p. 22; também, J. HABERMAS, "La crisis del Estado-Providencia y el agotamiento de las energías utópicas", *Los Cuadernos del Norte*, 38 (1986) 30-38.
- 34 T. FORESTER, "The Myth of the Electronic Cottage", *Futures*, XX, 3 (1988), 227-240; para uma pesquisa geral ver K. E. Christensen (ed.), *The New Era of Home-Based Work: Directions and Policies*, Boulder CO, Westview Press, 1988.
- 35 Uma visão mais pessimista em A. TREHUB, "Social and Economic Rights in the Soviet Union", *Survey*, XXIX, 4 (1987) 6-42.
- 36 A.L. BELCHUCK, "Restructuring of the Soviet Society", in *Breakthrough. Emerging new thinking. Soviet and Eastern. Scholars issue a challenge to build a world beyond war*, New York, Walker and Co., 1988, pp. 229-239.
- 37 M., GODFET, "Ten Unfashionable and Controversial Findings on Japan", *Futures*, XIX, 4 (1987) 373.
- 38 M. IIDA, "Work hours stay high despite push to relax", *The Japan Economic Journal*, 20 de Maio, 1989.
- 39 Uma visão equilibrada, incluindo tópicos desde lazer ao poder de compra, dos problemas cidadãos à esperança de vida, no *The Economist*, 24 de Dezembro, 1988, pp. 70-72.
- 40 G.D. HOOK, "The Erosion of Anti-Militaristic Principles in Contemporary Japan", *Journal of Peace Research*, XXV, 4 (1988), 381-394; segundo o *The Japan Economic Journal*, de 5 de Abril de 1989, no ano fiscal de 1988, a despesa em equipamento defensivo do Japão aumentou 9.9% para um total de 1.397.4 bilhões de yen, denotando um Complexo Militar-Industrial incipiente presidido pela Mitsubishi Heavy Industries - 364 bilhões de yen em contratos FY, em 1988 - seguida da Kawasaki Heavy Industries, da Mitsubishi Electric and Toshiba.
- 41 Por exemplo a educação. Ver R. KRINSKY, "Swords and Sheepskins: Militarization of Higher Education in the United States and Prospects of its Conversion", *Bulletin of Peace Proposals*, XIX, 1 (1988), 33-51.
- 42 O caso da União Soviética tem as suas peculiaridades: D. SCHAP, "Property Rights and Decision Making in the Soviet Union: Interpreting Soviet Environmental History", *Economic Inquiry*, XXVI, 3 (1988), 389-401.
- 43 *The Economist*, 15 de Abril, 1989, p. 14.
- 44 *The Economist*, 15 de Outubro, 1988, p. 15; igualmente, "Bush Clears the Air", editorial do *New York Times*, 15 de Junho, 1989.
- 45 *Future Survey*, X, 12 (1988), 12-14; também, U.E., SIMONIS, "Ecology and Economic Policy", *IFDA Dossier* 70 (1989) 60-64.
- 46 Ver *World Press Review*, Março 1989, pp. 11-21.
- 47 PRESIDENT'S COLUMN, "Save our Earth. It's the only world we have", no *Utusan Konsumer*, Malásia, Abril 1989, p. 9.